



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS  
PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 11543.000439/2005-34

**Recurso nº** Voluntário

**Acórdão nº** **1102-00.513 – 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária**

**Sessão de** 05 de agosto de 2011

**Matéria** SIMPLES

**Recorrente** DISTRIBUIDORA POMAR LTDA. - ME

**Recorrida** 5a.TURMA DRJ RIO DE JANEIRO/RJ1

Assunto: Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - Simples

Exercício: 2001

Ementa: SIMPLES. RECEITA BRUTA SUPERIOR AO LIMITE – ATO DECLARATÓRIO DE EXCLUSÃO – CANCELAMENTO – Reconhecidas insubsistentes as exigências que originaram o ato declaratório de exclusão, igualmente, deve ser reconhecido o direito da Recorrente de permanecer no SIMPLES.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros do Colegiado, por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso,nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Ivete Malaquias Pessoa Monteiro".  
**IVETE MALAQUIAS PESSOA MONTEIRO** – Presidente e Relatora

EDITADO EM:08/08/2011

Participaram, do presente julgamento, os Conselheiros Ivete Malaquias Pessoa Monteiro (Presidente da Turma), João Otavio Opperman Thomé, Silvana Rescigno Guerra Barretto, Manoel Mota Fonseca(Suplente Convocado), Leonardo de Andrade Couto e João Carlos Lima Junior(Vice-Presidente).

## Relatório

Trata-se de insurgência contra o Ato Declaratório nº 06/2005, de fl. 178, emitido pela Delegacia da Receita Federal em Vitória/ES, a partir do qual se promoveu a exclusão da Contribuinte do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples, com efeitos retroativos a 01/01/2000, por verificação de receita bruta excedente ao limite estabelecido para permanência no sistema, falta de comunicação de exclusão obrigatória e prática reiterada de infração à legislação tributária.

A exclusão se fez a partir de representação fiscal , fls. 01/14, a qual informa que a Contribuinte fora selecionada para fiscalização em virtude de apresentar movimentação financeira incompatível com a receita declarada, A ação fiscal concluiu que, no ano-calendário de 1999, a interessada omitiu receitas no valor total de R\$2.692.520,75, tendo sido lavrado o correspondente auto de infração objeto do processo administrativo nº 11543.004608/2004-24.

Manifestação de inconformidade é interposta às fls. 181/183, onde , em síntese, pede a contribuinte sua reinclusão no Sistema porque a ação fiscal na qual foram apuradas as supostas receitas omitidas ainda não tivera julgamento definitivo.

Acórdão 9.028, de 30/11/2005, fls.275/278 mantém a exclusão alegando, em relação ao processo administrativo nº 11543.004608/2004-24, que:

(...)

*A matéria já foi julgada em primeira instância administrativa através do Acórdão DRJ/RJO I Nº 7.478, de 28/04/2005, proferido pela 7ª Turma desta Delegacia da Receita Federal de Julgamento no Rio de Janeiro – I, cuja cópia juntei às fls. 261/273, ocasião na qual se entendeu que a interessada, de fato, auferiu receitas em valor total superior ao limite de permanência no Simples, e que tais receitas foram omitidas de sua declaração do ano-calendário de 1999. Além disso, ficou caracterizada a atitude dolosa da interessada de fraudar a Fazenda Pública, o que, inclusive, ensejou a manutenção da multa majorada de 150%. Consequentemente, o lançamento foi considerado procedente.*

*8. Da decisão proferida pelo Acórdão DRJ/RJO I nº 7.478 a interessada apresentou recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda, mas o fato de o referido órgão colegiado ainda não ter se manifestado a respeito não impede que a matéria seja desde já objeto de julgamento em primeira instância, tendo em vista o princípio da oficialidade, que norteia o processo administrativo fiscal.*

*9. Portanto, considerando a relação de causa e efeito que vincula a exclusão de ofício do Simples ora analisada aos fatos descritos no processo administrativo nº 11543.004608/2004-24,*

*os quais dão conta de que a interessada no ano-calendário de 1999 auferiu receitas em valor superior ao limite para permanência no Simples e que, ainda, incorreu em prática reiterada de infração à legislação tributária, entendo que deve ser mantida a exclusão do Simples efetuada através do Ato Declaratório nº 06/2005, de fl. 178, com efeitos a partir de 01/01/2000.*

Irresignada a Contribuinte oferece o recurso de fls. 283/289, onde repete os argumentos expendidos na inicial e propugna pelo cancelamento dos efeitos do ato declaratório DRF/VIT 06/2005, até o julgamento final do processo administrativo nº 11543.004608/2004-24.

O julgamento é convertido em diligência, conforme resolução 303-01.323 de 14/06/2007, fls.235/242, que determina o sobrestamento do processo até a definição final dos processos 11543.004608/2004-24 e 15586.000054/2005-21.

Às fls.247/255, consta o acórdão 105-17.303, referente ao processo 11543.004608/2004-24, assim ementado:

*Assunto: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA  
- IRPJ Ano-calendário: 1999 Ementa: PRESUNÇÃO DE OMISSÃO DE RECEITAS - Não demonstrado de forma adequada pela fiscalização que a movimentação financeira realizada em conta de pessoa física pertencia ao contribuinte recorrente, o crédito tributário deve ser exonerado*

Contra este acórdão é interposto recurso especial conforme fls.256 e negado seguimento nos termos do despacho de fls.257. O processo é restituído a origem pelo trânsito em julgado no âmbito administrativo.

Às fls.258/281 consta o acórdão 9611/2006, que julga improcedente o lançamento constituído nos autos de n.15586.000054/2005-21, há remessa necessária que não é conhecida pelo acórdão 105-17306, de 12/11/2008, assim ementado:

*Assunto: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA  
- IRPJ Exercício: 2001 Ementa: RECURSO DE OFÍCIO - Não se conhece o recurso de ofício quando o valor exonerado é inferior ao definido pela Portaria MF 03/2008.*

Despacho de fls.287 encaminha os autos para o CARF , dando por concluída a diligência determinada através da Resolução n. 303-01323(fls.235 a 242)

Recebo o processo para julgamento, por redistribuição..

Este o Relatório.



## Voto

O recurso preenche os pressupostos de admissibilidade e dele conheço.

Trata-se de pedido de reinclusão no simples e conseqüente revogação do Ato Declaratório nº 06/2005, de fl. 178, emitido pela Delegacia da Receita Federal em Vitória/ES, a partir do qual se promoveu a exclusão da Recorrente do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples, com efeitos retroativos a 01/01/2000, expedido nos termos seguintes:

(...)

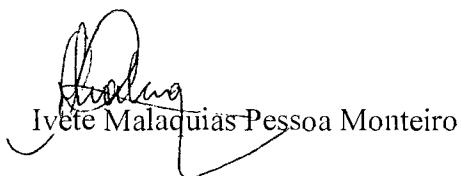
*Declara o Contribuinte Distribuidora Pomar.Ltda,CNPJ 02.689.900/0001-13, excluído da sistemática de pagamento dos tributos e contribuições de que trata o artigo 3º. da Lei supracitada, denominada SIMPLES, por receita bruta excedente ao limite estabelecido para permanência no sistema, falta de comunicação de sua exclusão obrigatório e prática reiterada de infração à legislação tributária e conforme demonstrado no processo administrativo 11543.000439/2005-34.*

*Os efeitos da exclusão retroagem a 01/01/2000 obedecendo ao disposto no inciso V do artigo 15 da Lei 9317/96, com a redação da Lei 9732/98.*

(...)

Este processo ficou sobrerestado, nos termos da Resolução 303-01323(fls.235 a 242) até o julgamento final do 11543.004608/2004-24 e 15586.000054/2005-21, decididos, ambos favoravelmente ao pleito da Contribuinte, conforme anteriormente relatado.

Portanto, cessada a causa impeditiva da permanência da Recorrente no SIMPLES, cessa o efeito do Ato Declaratório nº 06/2005, motivo que me leva a DAR provimento ao recurso.



Ivete Malacúias Pessoa Monteiro

## 1 TERMO DE INTIMAÇÃO

Intime-se um dos Procuradores da Fazenda Nacional, credenciado junto a este Conselho, da decisão consubstanciada no acórdão supra, nos termos do art. 81, § 3º, do anexo II, do Regimento Interno do CARF, aprovado pela Portaria Ministerial nº 256, de 22 de junho de 2009.

Brasília, 09/08/2011

JOSÉ ANTONIO DA SILVA  
Chefe de Equipe da 1ª Câmara do  
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais-MF

### Ciência

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Nome:  
Procurador(a) da Fazenda Nacional

### Encaminhamento da PFN:

- apenas com ciência;
- com Recurso Especial;
- com Embargos de Declaração;
- [ ] \_\_\_\_\_ .